

O reflexo da Malungagem na teoria Interseccional: diálogos de uma mulher negra no 08 de março

Por: Layla Maryzandra

As narrativas que acompanham o surgimento do Dia Internacional da Mulher são conseqüências de vários fatos históricos ocorridos entre direitos sociais e políticos de mulheres que se iniciaram na segunda metade do século 19 e se estenderam até os dias atuais. É um dia legítimo de memória e continuidade daquelas que rasgaram as mantas instauradas pelo patriarcado, impulsionando perspectivas para um debate inicial de gênero.

No entanto, as mulheres que instigaram esse debate neste período são as mesmas que foram formadas para não refletir, em primeira instância, sobre as desigualdades raciais e de gênero, e até mesmo de classe. Tendo pouco ou nenhum impacto em suas reflexões sobre o que ocorreu às mulheres negras entre os séculos 16 e 19 nas Américas, no período de tráfico negreiro, ou o que ocorreu pós-abolição no Brasil. Isso revela o abismo que o racismo provoca mesmo em mentes que buscam emancipação de um grupo oprimido.

Transgredindo as fronteiras instauradas pelo racismo, a mulher negra já trazia elementos ancestrais, que dialogam com o que a gente conhece hoje como interseccionalidade, isso através de uma herança malunga, onde foram recriados laços políticos e estratégias de sobrevivência.

E porque é uma herança malunga? Como isso dialoga com o movimento de mulheres no dia 8 de março e uma ruptura de uma lógica colonial? Bom, primeiro é importante compreender que a palavra ‘malungo’ vem de uma perspectiva epistemológica afrocêntrica, tecendo referências que ainda estão longe de serem aceitas no mesmo prisma dos modelos judaico-cristão e anglo-saxões, mas que exprimem de fato o que é a organização política de negros em diáspora.

A palavra ‘malungo’ vem dos povos de matriz bantu da África Central e Oriental, particularmente entre os falantes das línguas kikongo, umbundu e kimbundu. Entre seus vários significados, que dependem do tempo e lugar, está “companheiro de viagem”, termo utilizado pelos negros escravizados com os que estavam na mesma situação que ele no navio negreiro.

A interccionalidade é uma teoria que explica como diferentes estruturas de poder interagem na vida das minorias, especialmente mulheres negras. O nome foi dado pela afroamericana Kimberlé Crenshaw em meados dos anos 1980. O conceito refere-se à continuidade de antigas articulações dentro do movimento de mulheres que sentiam a necessidade de pensar para além das lentes coloniais.

Elas compreenderam o verbo malungar muito cedo, e levaram isso para a organização política de mulheres negras, com um olhar interseccional: é por meio do companheirismo, ou da irmandade, construída a partir da perda, da ruptura, mas também da transgressão identitária, que a ação ancestral de sobrevivência, incorporada em diáspora, vem sendo costurada. A travessia entre África e América propiciou violências, mas também desencadeou solidariedades entre grupos que poderiam ser inclusive inimigos étnicos em suas respectivas regiões na África.

Nota-se então a malunagem ativa na organização política de mulheres negras, pois as companheiras de viagem ainda navegam em um mar racista, sexista e classista, que estrutura suas vivências de forma subalterna. Mas as malungas ainda emergem na luta, respeitando as experiências comuns e distintas de cada uma.

É a consciência coletiva da mulher negra que traz a ruptura das invisibilidades, que chama atenção para as lacunas existentes na luta de mulheres, do negro e nas políticas de classe. Assim temos a insurreição de quem não tinha direito nem ao próprio corpo, mas que recriou no infortúnio a emergência de outras subjetividades, trançadas com o termo da interseção nas demandas.

É a malunga que põe ordem na casa. As experiências comuns entre as mulheres não podem desconsiderar as desigualdades existentes a este grupo.

Quando mulheres negras chamam atenção sobre interseccionar às lutas, ela demonstra que apesar de estar num espaço extremamente marginalizado, esse mesmo espaço faz com que ela visualize a sociedade de outra forma: isso é herança malunga, é ver para além das brechas do navio, são os elementos simbólicos de sua origem reacendendo em suas memórias através do discurso político.

Assim, a mulher negra foi convivendo com esses saberes simbólicos, que foram se organizando e reorganizando, tanto para dentro do movimento de mulheres como para fora, em combate a uma conjuntura que nunca foi favorável a elas. O próprio 8 de março – Dia Internacional da Mulher, ainda não é um dia em que todos os movimentos de mulheres negras se sintam confortáveis para chamar de seu, e para atribuí-lo a uma luta histórica sua também, devido à deslegitimações e silenciamentos ainda presentes no movimento de mulheres.

No entanto, nota-se uma renovação nas demandas desse dia de luta, mesmo que a inclusão das demandas, discutidas pela interseccionalidade, não estejam no formato ideal, já se alcança aos poucos o que se espera. Possivelmente a Marcha de Mulheres Negras ocorrida em novembro de 2015 com presença de cerca de 40 mil mulheres contribuiu para dar um fôlego a isso no Brasil. O slogan dessa marcha foi: “Contra o racismo e pelo Bem-Viver”, com uma carta que resume tudo que o Estado deveria ter feito há 130 anos, pós-abolição. São demandas que o movimento social, seja de mulheres, negro, LGBTI, ou qualquer outro que tenha mulher negra, deve se ater.

As malungas provocam uma crítica radical de mudança social, suas demandas de outrora não deixam de ser demandas atuais.

No chamamento da greve internacional para este dia 8 de março de 2017 estão envolvidos pelo menos 30 países, boa parte deles vivendo um contexto de retrocesso político, o que só fortalece o contexto levantado pela carta da Marcha de Mulheres Negras no Brasil, além de marchas e protestos ocorridos recentemente na Argentina e nos Estados Unidos.

A greve internacional de mulheres representa um passo importante para um novo ciclo de legitimação das demandas de povos historicamente discriminados. Com o slogan “Se nosso trabalho não vale, produzam sem nós”, há de se refletir que o trabalho em massa está nas mãos desses povos, sobretudo das mulheres negras.

As vozes malungas estão ecoando seus saberes e conhecimentos, legitimando e partilhando uma nova ordem para instauração de outra matriz civilizatória. Qualquer

avanço adquirido por mulheres negras nunca será um avanço individual; o avanço delas é a transgressão de toda uma sociedade.

Layla Maryzandra é pedagoga afrocentrada, Especializada em História e Cultura Afrobrasileira e Africana e Educação em Direitos Humanos, Pesquisadora e Oficineira na área de valores e saberes afrodiaspóricos, utilizando a estética negra como recurso pedagógico. Atualmente atua como educadora no Inesc, junto ao projeto 'Hub das Pretas'. É ativista e coordenadora do Fórum de Juventude Negra do DF e Entorno - Fojune.